

## RESOLUÇÃO Nº 0457/2014 - CJ

Dispõe sobre julgamento do auto de infração nº 26059, em nome da empresa Nacional Expresso Ltda, conforme Processo nº 201200029009470.

A Câmara de Julgamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o disposto no art. 19, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação dada pela Lei nº 18.101, de 17 de julho de 2013, que trata da competência da Câmara de Julgamento para julgar, em primeira instância, os processos administrativos de autos de infração oriundos das atividades de fiscalização da AGR;

Considerando que o interessado apresentou defesa e, levando em conta as manifestações técnica e jurídica, as quais são adotadas na íntegra como razão de decidir, cuja fundamentação e conclusão passam a ser parte desta decisão;

Considerando o disposto na Resolução nº 297, de 27 de dezembro de 2007, do Conselho de Gestão da AGR, que dispõe sobre os procedimentos para regular a imposição de penalidade aos concessionários ou permissionários dos serviços públicos do sistema de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás;

Considerando que a empresa Nacional Expresso Ltda, infringiu o art. 11, inciso VI, da Resolução nº 297/2007, por suprimir viagem, sem prévia autorização da AGR, no percurso Pontalina / Edéia, foi autuada em 12/12/2012, nos termos do auto de infração nº 26059

Considerando a decisão da Câmara de Julgamento, em reunião realizada em 13/03/2014;

### R E S O L V E:

Art. 1º Manter, em razão de sua legalidade, o auto de infração nº 26059, em nome da empresa Nacional Expresso Ltda, por descumprimento da legislação vigente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Câmara de Julgamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 13 dias do mês de março de 2014.

Luiz José de Oliveira Júnior  
Coordenador

JMRF